

A IMPORTÂNCIA DE FATORES ECONÔMICOS NA PUBLICAÇÃO DE TRADUÇÕES: UM EXEMPLO DO BRASIL

John Milton*

RESUMO: Esse artigo examina a importância de fatores econômicos na produção de obras traduzidas no Brasil, concentrando-se inicialmente no período que vai de 1930 a 1945, comparando esses anos com o período de 1945 a 1950, examinando a época do governo Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, e depois os anos que se seguiram ao golpe militar de 1964. Conclui propondo que esses fatores podem ser incluídos no modelo de polissistemas de Itamar Even-Zohar e no conceito de normas, proposto por Gideon Toury.

UNITERMOS: fatores econômicos na tradução; governo Vargas; ditadura militar brasileira; barreiras alfandegárias; indústria livreira no Brasil.

SUMMARY: This article examines the importance of economic factors in the production of translated works in Brazil, initially concentrating on the 1930 to 1945 period, then comparing the periods from 1945 to 1950, the period of the government of Juscelino Kubitschek, from 1956 to 1961, and then the years following the military coup of 1964. It concludes by proposing that such factors should be included in the polysystems model of Itamar Even-Zohar and in the concept of norms as put forward by Gideon Toury.

* Universidade de São Paulo (USP). jmilton@usp.br

KEYWORDS: economic factors in translation; Vargas government; Brazilian military dictatorship; customs barriers; book industry in Brasil.

Introdução

A área econômica tem sido quase totalmente ignorada pelos pesquisadores de Estudos da Tradução. Na introdução de *Aspects of Translating and Interpreting* (Pym 2006), Anthony Pym lamenta a ausência de estudos na área: “Com referência a isso, é surpreendente ver como é raro encontrar fatores econômicos citados em nossas pesquisas [...]” (Pym, 2006: 12). Vários dos artigos na coleção mencionam fatores econômicos. Em “Translation from the point of view of the East German censorship files” [“A tradução do ponto de vista dos arquivos de censura da Alemanha Oriental”] (Pym, 2006: 53-64), Gaby Thomson-Wohlgemuth começa a examinar a importância de fatores financeiros em traduções publicadas por editoras na Alemanha Oriental. Um dos problemas principais na publicação de traduções era o fato de que os direitos autorais teriam de ser pagos em moeda estrangeira. As editoras recebiam uma quantia de moeda estrangeira do estado e tinham que fazer o melhor uso possível desse recurso, assim favoreceram-se contratos com editoras estrangeiras que publicariam livros provindos da Alemanha Oriental, assim evitando este problema. Porém, isso não é o enfoque do artigo, e este ponto não é desenvolvido. Outros artigos também tocam fatores financeiros: Michaela Wolf, examinando “The female state of the art: Women in the translation field” [“O estado feminino da arte: As mulheres no campo da tradução”] (Pym, 2006: 130-141), aponta que “most women publishers own small publishing houses (about 95 percent)” [“as maioria das mulheres editoras são donas de editoras pequenas (em torno de 95 por cento)"] (Pym, 2006: 138) e têm menos capital econômico, e têm a tendência de trabalhar “to the point of total exhaustion” [“até o ponto de exaustão total”] (Pym, 2006: 138). Stella Linn analisa “Trends in the translation of a minority language: The Case of Dutch” [“As tendências na tradução de uma língua minoritária: o caso do holandês”] (Pym, 2006: 27-39) e consta que um dos

fatores principais na decisão se uma editora vai publicar uma obra holandesa é a disponibilidade de ajuda financeira. Tanto na Holanda quanto no Flanders há agências que subsidiam até 70% dos custos de uma tradução.

Gideon Toury, ao discutir o crescimento do mercado de traduções para o hebraico, após a criação do Estado de Israel em 1947, não menciona a importante política econômica (Toury, 1980: 122-139). Tampouco Even-Zohar menciona fatores econômicos como sendo importantes no polissistema literário (in Venuti, 2000: 192-197).

Parece, portanto, que há um ponto cego, uma aporia, nos Estudos da Tradução. Espero que essa pesquisa seja considerada um passo inicial, ao levar em consideração esse importante fator.

O Brasil na década de 1930

O primeiro período a ser examinado é o Brasil de 1930 e 1940, um período de consideráveis sublevações sociais, econômicas e políticas, que assistiu ao começo da transformação do Brasil, um país que dependia quase exclusivamente da exportação do café para uma sociedade industrial na qual o café não tinha mais importância.

Antes do período de 1930, a política econômica era dominada pela “política-café-com-leite”, com os estados de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite) no poder, e um acordo de cavalheiros de se alternar os presidentes.

A economia brasileira estava dominada pela exportação de café, responsável por 80% das exportações. Os produtores de café recebiam um preço mínimo pelo café, gerando uma superprodução. O café foi exportado quase que só para a Europa e Estados Unidos, e o Brasil importava a maioria de seus bens industrializados. Para manter os mercados abertos ao café brasileiro, os impostos para os bens industrializados que vinham ao Brasil eram baixos. Além disso, a moeda brasileira, o mil-réis, era mantido alto: o café da Colômbia e do Quênia ainda não eram competitivos, e a indústria brasileira era tão limitada e não era competitiva no mercado internacional, que não necessitava de uma taxa de câmbio baixa.

Defensores dessa política achavam que o Brasil deveria permanecer voltado para a exportação, que tentativas de industrialização apenas resultariam em desperdício de recursos em criar indústrias com pouca produtividade, que nunca poderiam competir com o mercado europeu ou norte-americano. Melhor concentrar-se na produção de café.

Assim como ocorreu com outros bens industrializados, o mercado editorial no Brasil foi dominado por livros produzidos no exterior, especialmente França e Portugal (ver Quadros 1 e 2 na Apêndice, p. 95), que eram mais baratos e de qualidade superior aos livros produzidos no Brasil.

A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, reduziu ainda mais o preço do café e mostrou a insensatez da dependência brasileira de um único produto e do apoio incondicional dos barões do café. Além disso, em 1929, o presidente Washington Luis indicou outro político de São Paulo, Julio Prestes, para candidato ao Partido Republicano para as eleições para defender a poderosa oligarquia produtora de café de São Paulo. Com isto perdeu o apoio do poderoso Partido Republicano mineiro, que se aliou aos líderes militares gaúchos para conspirar. Prestes venceu a eleição de março, mas foi acusado de fraude e deposto pela aliança de Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que recebeu o apoio da maioria dos militares.

Depois da Revolução de Outubro de 1930, sem derramamento de sangue, pela qual o político gaúcho Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, se tornou presidente, como líder do Partido da Aliança Liberal, várias das políticas econômicas dos governos anteriores foram mudadas. Retirou-se o favorecimento dos produtores de café, que nunca mais dominariam a economia brasileira. A moeda foi desvalorizada, os produtos importados foram taxados, inclusive os livros, e o desenvolvimento da indústria nacional ganhou prioridade.

Por isso, o número de editoras que entraram no mercado e o número de livros impressos no Brasil cresceu depressa. Como se vê no Quadro 1, na década de 1930, o Brasil exportava livros para Portugal pela primeira vez.

O governo também tomou providências para ajudar a indústria do livro, tais como a reforma da educação básica que

resultou em uma demanda maior de livros didáticos; o Instituto Nacional do Livro foi criado no governo de Getúlio Vargas para melhorar a distribuição de livros para bibliotecas públicas. Livros esgotados de obras clássicas brasileiras foram reimpressos e planejou-se publicar a Enciclopédia Brasileira, um projeto baseado na enciclopédia italiana Triccani, que havia sido publicada sob os auspícios de Mussolini. No entanto, o projeto final não foi realizado.

Traduções de obras literárias de sucesso significavam, em geral, um investimento sólido, se a obra estivesse em domínio público: sem a obrigação de pagar *copyright*, as chances de uma obra estrangeira ser aceita pelo público brasileiro quando o livro havia sido publicado no exterior eram maiores do que a de livros escritos por autores brasileiros desconhecidos.

Além disso, o endurecimento do governo de Vargas e a proclamação do Estado Novo, no final de 1937, proscrevendo o Partido Comunista e aumentando a censura de livros, significou que as traduções eram uma opção mais segura para várias editoras.

Outro fato que incentivou os editores a traduzir obras estrangeiras foi a situação precária do *copyright* da época. As leis de *copyright* eram frequentemente infringidas, permitindo várias traduções da mesma obra, que eram dirigidas a públicos diferentes.

Os altos impostos de importação permitiram aos editores nacionais que se desenvolvessem. Mas a equação é um pouco mais complicada. Em 1918, no começo de sua carreira editorial, Monteiro Lobato criticou o governo brasileiro pelos baixos impostos sobre livros importados, o que fazia com que livros importados fossem mais baratos do que os produzidos no Brasil, e, devido a um acordo especial e uma necessidade de abastecer o pequeno mercado de obras técnicas e científicas, todos os livros importados de Portugal não foram taxados. No papel de editor, Lobato desejava que seus livros fossem competitivos com os livros importados e era a favor de impostos altos para as obras importadas. No entanto, ao mesmo tempo, defendia impostos baixos para a importação de papel. A nascente indústria de papel nacional, que tinha um *lobby* poderoso, precisava importar

maquinário dispendioso e celulose e não tinha tecnologia para produzir papel de alta qualidade. Desse modo, Lobato desejava papel importado mais barato e de melhor qualidade, mas não a competição de livros importados baratos. Seus desejos não foram realizados e ele teve de usar o papel nacional de baixa qualidade.

Adriana Pagano (Pagano 2001) descreve o crescimento de um número de importantes editoras que se estabeleceram na década de 1930 na Argentina e no Brasil: Editora Globo, Companhia Editora Nacional, Martins, e José Olympio no Brasil, e Sudamericana, Losada, Emecé e Claridad na Argentina.

O período entre 1930 e 1950 assistiu, tanto na Argentina quanto no Brasil, um crescente processo de industrialização e urbanização. O mercado de trabalho se expandiu, permitindo um crescimento no poder aquisitivo de pessoas que até então tinham um acesso restrito aos bens de consumo. O crescimento da renda pessoal implicava em aumento do consumo. As mudanças na política educacional adotada pelo governo para melhorar a educação básica e a alfabetização fez crescer o número de pessoas alfabetizadas e, portanto, de potenciais leitores de livros e revistas. Outras fontes de consumo envolviam novas formas de comunicação de massa como o cinema e o rádio.

Na Argentina e no Brasil, foram publicadas várias coleções dirigidas aos novos leitores de classe média baixa que tinham pouco capital cultural e que não tinham qualquer conhecimento de línguas estrangeiras. Os livros traduzidos e publicados para esses novos leitores eram para diversão, geralmente atrelados a filmes de Hollywood, além de folhetins, roteiros de novelas traduzidos, peças adaptadas, histórias em quadrinhos e caricaturas. Várias coleções foram publicadas nos dois países com títulos como “Grandes Novelistas”, “Grandes Ensaístas”, “Os Grandes Livros Brasileiros”, “Obras Primas Universais”, “Novelistas Americanos Contemporâneos”, “Biblioteca de Obras Famosas”. As coleções reuniam uma grande variedade de autores. Por exemplo, as coleções brasileiras “Biblioteca dos Séculos” ou “Coleção Globo”, publicadas pela Editora Globo, e “Fogos Cruzados” publicada pela José Olympio no Rio de Janeiro, incluem autores como Montaigne, Laclos, Stendhal, Flaubert,

Maupassant, Verlaine, Balzac, Platão, Shakespeare, Fielding, Emily Brontë, Dickens, Nietzsche, Tolstói e Poe.

Essas coleções foram muitas vezes lucrativas para as editoras, visto ser o consumidor do primeiro volume da série induzido a comprar o segundo volume, e assim por diante. Também foi uma forma de introduzir uma linha de montagem na indústria do livro. A coleção também classificou os autores de modo diferente do convencional, e ajudou a planejar a recepção do leitor e organizar suas expectativas em relação ao texto. Depois de traduzida, a obra se torna parte da língua e cultura nacional. As coleções lançadas no Brasil tiveram um papel importante em estabelecer o Brasil no mercado intelectual internacional. Várias coleções eram voltadas para assuntos brasileiros: “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, que inclui as famosas séries “Brasileira”, “Grandes Livros do Brasil”, “Biblioteca Médica Brasileira, publicadas pela Companhia Editora Nacional, ou “Os Grandes Livros Brasileiros” publicada pela José Olympio. Essas coleções foram publicadas junto com outras de textos traduzidos como “Paratodos”, “Terramarear”, “Biblioteca das Moças”, da Companhia Editora Nacional. José Olympio, por exemplo, publicou “Documentos Brasileiros” ou “Os Grandes Livros Brasileiros” junto com outras séries como “Rubáiyát, Jóias da Poesia Universal” ou “Fogos Cruzados”, ambas compostas de textos traduzidos. A editora Martins, por exemplo, publicou as coleções “Biblioteca Histórica Brasileira” e “Biblioteca de Literatura Brasileira” junto com uma coleção chamada “Excelsior”, com uma maioria de textos traduzidos. De fato, Lia Wyler denomina o período de 1942-47 de Era de Ouro da tradução no Brasil, quando a editora Globo publicou um número grande de traduções de alta qualidade na Biblioteca dos Séculos e Coleção Nobel, feitas por importantes personagens literários, como os poetas Carlos Drummond de Andrade, Mario Quintana, Manuel Bandeira e o crítico Sergio Milliet (Wyler, 2003: 129).

Nessa seção focalizei o relacionamento entre a política econômica do governo e o número de traduções publicadas. Os altos impostos implicaram em livros caros importados da França e Portugal. Várias editoras brasileiras iniciaram suas atividades e, como referido, um grande número de traduções foram

publicadas. A alta taxaço protegeu a indústria local da concorrência externa. Ao longo prazo, a concorrência pode ser benéfica para incrementar a competitividade e a produtividade da indústria local, mas, em uma economia em desenvolvimento, os altos impostos são necessários para incentivar a indústria local, como foi o caso no Brasil na década de 1930. Publicar obras populares traduzidas é uma maneira pela qual uma emergente editora pode começar a ficar independente, especialmente, se não tiver de pagar *copyright*. Portanto, sugiro que há uma forte ligação entre os altos impostos e o número de traduções publicadas, especialmente, em uma economia no começo da industrialização. Pode-se considerar uma norma tradutória: os altos impostos em geral implicam em um aumento no número de traduções nacionais publicadas.

A Idade de Ouro da tradução no Brasil pode ser comparada com a política de portas abertas seguida após a queda de Vargas, em 1945, quando, no período pós-guerra, a política econômica voltou a favorecer os exportadores de café, livros importados de diferentes áreas receberam tarifas especiais, e, em vários casos, foram vendidas a um custo mais baixo no Brasil do que em seu país de origem. Durante a década de 1950 os livros importados eram vendidos a uma taxa especial de câmbio do dólar que correspondia a 33% até 60% do valor oficial, gerando uma situação pela qual era mais barato importar livros do que o papel para imprimi-los. Como os direitos de tradução tinham que ser pagos pela taxa oficial do dólar, era muito mais barato importar uma tradução feita em Portugal do que comprar os direitos no Brasil e fazer a tradução. Obviamente, nesse período o crescimento da indústria editorial diminuiu, em especial, na área de tradução, e os livros brasileiros ficaram muito caros em Portugal. Essa política prevaleceria até 1959 (Hallewell, 1985: 434 passim).

Apesar das condições desfavoráveis, foi um período de ampliação do mercado de traduções no Brasil. O programa desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) visava “concentrar 50 anos de progresso em cinco”, com um programa de rápida industrialização e construção de infraestrutura. O programa exigia a tradução e publicação de um grande

número de manuais e obras técnicas. De 1956 até 1968, 6.615 traduções foram publicadas e de 1970 a 1980 o número cresceu para 34.102 traduções.

O Brasil depois do golpe militar de 1964

O próximo período a ser abordado é após 1964, do “milagre econômico”, quando a taxa de crescimento econômico foi de mais de 10% ao ano, de 1968 a 1973 (Diniz Alves 2006). O Brasil passou para o grupo de nações industrializadas e lá ficou, embora o crescimento muito rápido tenha produzido alguns problemas: inflação alta, dívida externa enorme, e crescimento urbano desorganizado. Também foi o período do governo militar, quando o presidente João Goulart foi deposto, em 31 de março de 1964, por sua tendência à esquerda, provocando o caos na economia. Temia-se que ele desse um golpe de esquerda e seguisse os passos de Fidel Castro. Também não contava com a simpatia dos militares e foi substituído pelo general Castelo Branco. Os moderados desejavam uma volta rápida ao governo civil, após um breve período de “correção”, mas um golpe linha dura em dezembro de 1968 foi responsável pela repressão e censura que prevaleceu no período entre 1968 e meados da década de 1970, em especial, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1970-74). Durante esse período a imprensa foi censurada, e os livros sobre a União Soviética ou sobre temas socialistas não podiam ser publicados. Mas foi um período durante o qual a indústria editorial se desenvolveu rapidamente, vivenciando seu próprio “milagre”. Em 1960, foram publicados 0,5 livros por habitante; e, em 1980 esse número cresceu para dois livros por habitante, um crescimento de 400% em 20 anos, uma taxa maior do que o resto da economia, que triplicou de tamanho.

Nesse período no mercado de livros prevaleciam as importações dos Estados Unidos. O Quadro 3 (ver Apêndice, p. 96) mostra que cerca de 50% dos livros importados vinham dos Estados Unidos, que substituiu a França no papel de força cultural mais importante no Brasil. Mas vários livros publicados no Brasil eram traduções de originais norte-americanos. O acordo

MEC-SNEL-USAID, de cooperação para publicação de livros técnicos, científicos e educacionais, assinado em 6 de janeiro de 1967, implicou em uma inundação de autores norte-americanos. Em outras palavras, a difusão dessas obras se tornou objeto de política pública do governo brasileiro. Segundo esse tratado, 51 milhões de livros traduzidos, originalmente publicados nos EUA, seriam usados no sistema escolar brasileiro, num período de três anos, começando em 1967. Enquanto o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e o SNEL (Sindicato Nacional de Editores de Livros) estabeleciam a política, os técnicos da USAID (United States Agency for International Development) tinham o controle de detalhes técnicos da produção de livros, como editoração, ilustração, edição e distribuição, além de supervisionar o processo de aquisição de direitos autorais. Na verdade, a agência predecessora da USAID, a USIA (United States Information Agency) já havia iniciado na década de 1950 a “ajudar” a indústria editorial brasileira, que, como referido, passava por dificuldades, abastecendo com textos originais, adquirindo direitos de tradução e até mesmo trazendo traduções e ajudando nos custos de produção (Hallewell, 1985: 434 passim).

Editoras como a McGraw Hill foram muito ativas, publicando livros traduzidos em áreas como administração, economia, medicina e engenharia. Com a Guerra Fria e Cuba se inclinando para o comunismo, a América Latina da década de 1960 era uma região prioritária para os EUA, e não se economizou esforços nem dinheiro para impedir que outro país no quintal dos EUA pulasse a cerca, para seduzir e inculcar a forma de pensar norte-americana nos estudantes e nas classes técnicas e administrativas do Brasil.

O enorme crescimento da indústria editorial no Brasil durante os anos do “Milagre Econômico” foi parecido com a indústria em geral e não foi prejudicada pela proibição de obras de esquerda. Foi alimentada pelo apoio da USAID, com sua pauta política explícita, de apoio a um grande número de tradução de livros norte-americanos. Percebe-se aqui a dimensão política influenciando na econômica.

Durante esse mesmo período, um grande número de traduções de poetas norte-americanos foi publicado. Tratava-se

basicamente de dois grupos: os modernistas norte-americanos Marianne Moore, William Carlos Williams e Ezra Pound; e os poetas Beat, Allen Ginsberg, Lawrence Ferlinghetti e Gregory Corso, e também Charles Bukowski. As inovações de Ezra Pound e a importância que atribuiu às traduções marcaram Haroldo e Augusto de Campos; e os poetas Beat foram uma válvula de escape para o protesto silenciado no Brasil. Como referido por Itamar Even-Zohar (in Venuti, 2000:192-197), as traduções em geral desempenham um papel conservador no polissistema literário, mas podem ter um papel de reformulação. Eis um exemplo de radical transformação.

Mais uma vez, com o segundo exemplo, vemos que o crescimento da indústria de livros acompanhou a economia brasileira em geral, chegando a exceder esse crescimento. A tradução desempenhou um papel importante nesse processo e foi particularmente influenciada pelo programa da USAID.

Conclusões

Nesse artigo foram feitas várias propostas que necessitam de mais estudos para confirmá-las. Sugeri que há um elo forte entre as altas tarifas alfandegárias em uma economia recém industrializada e o aumento na publicação de traduções. A ligação entre esses fatores em outros países, além do Brasil, deveriam ser comparados com meus dados sobre o Brasil. Como referido, Adriana Pagano fez um paralelo entre o crescimento editorial no Brasil e Argentina, nas décadas de 1930 e 1940. Devido à censura na Espanha de Franco, a economia fraca, e o crescimento da economia Argentina e seu regime um pouco mais liberal, o centro de publicação do mundo hispânico desse período se mudou para Buenos Aires. Seria de grande interesse um estudo mais detalhado que examinasse as tendências editoriais e as traduções.

Outro projeto seria um exame mais detalhado dos fatores econômicos que restringiram as publicações de traduções no antigo bloco soviéticos, desenvolvendo as ideias de Gaby Thomson-Wohlgemuth. De fato, não é de meu conhecimento um estudo dos fatores econômicos de traduções publicadas em certas editoras.

O programa USAID foi criticado por José Oliveira Arapiraca em *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano* (1982); Ted Goertzel no artigo “MEC-USAID: ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira” (1967), e Márcio Moreira Alves em *O beabá dos MEC-USAID* (1968), mas nenhum dos dois textos analisa as traduções feitas. O programa USAID influenciou traduções em outros países? Ressaltei o fato de que o programa USAID financiou traduções e publicações de um grande número de livros acadêmicos no Brasil. O estudo da tradução e adaptação de livros acadêmicos é outra aporia dos Estudos da Tradução. O artigo de Akiko Uchiyama em *Agents of Translation* examina a geografia do livro, *Sekai kunizukushi* (1869) [Nações do mundo], que foi traduzido e adaptado de livros britânicos e norte-americanos no Japão, no período Meiji pelo famoso jornalista Fukuzawa Yukichi (1835-1901). *Sekai kunizukushi*, livro didático muito popular com mais de um milhão de cópias impressas, tinha uma forte inclinação de afirmação da superioridade japonesa sobre os países asiáticos, como a China e a Coreia. O livro lida com a representação do Ocidente civilizado e do Outro incivilizado, apresentando a ocidentalização como sendo o objetivo do Japão, por um lado, com referências tais como “China despótica” e “África selvagem”, de outro. Uchiyama mostra a influência que esse livro teve sobre uma geração de estudantes japoneses. Mais estudos seriam bem-vindos.

Por fim, seria de grande interesse reexaminar do ponto de vista econômico o trabalho pioneiro desenvolvido por Even-Zohar e Toury. Toury cita o aumento de traduções do inglês no período pós II Grande Guerra (Toury, 1980: 138). Em que medida foi o resultado de apoio financeiro de organizações internacionais judaicas, especialmente dos EUA? Há semelhanças entre a situação na década de 1930 no Brasil, que descrevi, e a situação em Israel: um país desenvolvendo uma economia industrial, da qual as editoras fazem parte. Even-Zohar e Toury enfatizam a importância das traduções em várias áreas do polissistema literário hebraico. Discuto acima a possibilidade de uma norma, qual seja, que as tarifas alfandegárias numa emergente economia protegida podem gerar um aumento no número de traduções

publicadas. Sugiro que pode ser o caso da economia israelense do pós-guerra.

Quadro 1: Comércio de livros entre Brasil e Portugal. Adaptado de Hallewell pp. 296-297

Importado de Portugal				Exportado para Portugal		
Ano	Volume kg	Valor US\$	%	Volume kg	Valor US\$	%
1927	131,398	\$113,148	16.7	-	-	-
1928	154,367	\$131,601	17.3	3,935	\$2,994	27.9
1929	145,972	\$145,972	14.3	441	\$443	6.0
1930	96,638	\$53,965	11.1	2,134	\$969	15.5
1931	72,202	\$53,416	14.5	1,010	\$1,114	31.8
1932	41,685	\$28,239	11.1	4,221	\$1,187	22.0
1933	67,191	\$62,182	20.6	16,280	\$6,375	72.6
1934	80,032	63,864	18.7	29,424	\$9,263	79.3

Quadro 2: Importação de livros da França. Adaptado de Hallewell, pp. 328-329

ano	Volume	Valor US\$	% of all imports - weight	% of all imports - value
1910	457,732	\$404,856	52.4	53.7
1915	268,223	\$236,026	36.2	46.1
1920	324,901	\$251,533	36.2	34.5
1925	335,801	\$202,032	44.8	36.7
1930	210,048	\$147,099	31.3	29.6
1932	97,779	\$91,042	19.8	33.9
1935	38,689	\$70,903	9.5	25.0
1939	36,123	\$47,131	7.9	11.6
1940	6,46	\$7,545	1.5	1.8
1943	0	0	0	0
1945	0	0	0	0

1946	48,441	\$95,383	5.9	5.2
1949	82,260	\$151,502	9.1	11.1
1950	162,957	\$282,290	17.5	21.2
1955	370,134	\$1,463,299	18.6	20.1
1960	131,223	\$507,416	8.5	9.3
1965	91,847	\$467,341	7.5	8.2
1970	112,560	\$546,540	4.6	5.9
1975	152,278	\$1,166,123	3.2	5.3
1980	67,983	\$1,082,820	1.4	3.2

Quadro 3: Importação de livros da Grã-Bretanha e EUA. Adaptado de Hallewell, pp. 400-403

1915	UK 44.44t	6.8%	\$24,326	4.8%
	US 80.36t	12.3%	\$39,657	7.7%
1920	UK 33.38t	3.7%	\$51,465	7.1%
	US 245.14t	27.3%	\$235,312	31.3%
1925	UK 40.31t	5.4%	\$49,268	9.0%
	US 126.55t	16.9%	\$108,998	20.0%
1930	UK 30.43t	4.5%	\$40,915	8.5%
	US 111.80t	16.7%	\$85,691	17.2%
1935	UK 23.96t	5.9%	\$33,690	11.9%
	US 85.73t	21.1%	\$70,878	25%
1940	UK 31.60t	7.5%	\$42,457	10.1%
	US 109.00t	25.9%	\$142,792	34.0%
1945	UK 26.14t	3.6%	\$88,139	5.5%
	US 294.26t	40.4%	\$580,644	36.4%
1950	UK 51.21t	5.5%	\$65,041	4.9%
	US 309.82t	33.3%	\$415,718	31.2%
1955	UK 92.71t	4.7%	\$271,796	3.7%
	US 423.00t	21.2%	\$1,463,299	25.6%
1961	UK 76.15t	3.7%	\$289,747	5.6%
	US 344.89t	18.8%	\$1,667,255	32%

1965	UK 53.99t	4.4%	\$250,266	4.4%
	US 446.27t	36.6%	\$2,957,396	52.0%
1970	UK 92.43t	3.8%	\$397,522	3.8%
	US 4,606,872t	37.6%	\$4,605,872	49.8%
1975	UK 251.09t	5.2%	\$1,855,994	8.4%
	US 1,744,28t	36.1%	\$6,717,365	30.6%
1979	UK 314,517t	5.6%	\$3,282,162	9.0%
	US 1,571,631t	27.8%	\$14,373,455	39.2%

Texto traduzido do inglês de Irene Hirch.

Referências Bibliográficas

- ARAPIRACA, José Oliveira. (1982) *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano* (1982); São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- DINIZ ALVES, José Eustáquio; Miguel A. P. BRUNO. (2006) “População e crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: como Aproveitar a Janela de Oportunidade Demográfica? http://www.abep.nepo.uni-camp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_302.pdf
- EVEN-ZOHAR, Itamar (2000) “The Position of Translated Literature within the Literary Polysystem”. In: Venuti, Lawrence, *The Translation Studies Reader*. London: Routledge, pp.192-197.
- GOERTZEL, Ted. (1967) “MEC-USAID: Ideologia de Desenvolvimento Americano Aplicado à Educação Superior Brasileira”. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, V. III, n. 14, pp. 123-137, jul. 1967.
- HALLEWELL, Laurence. (1985) *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz e Edusp.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. (1982) *Monteiro Lobato: Intelectual, Empresário, Editor*. São Paulo: Queiroz.
- HIRSCH, Irene; John MILTON. (2005) “Translation and Americanism in Brazil 1920-1970”. In: *Across: Language and Cultures*, vol. 6, Issue 2, 2005. Akadémiai Kiadó, Budapest, pp. 234-257.
- MOREIRA ALVES, Márcio. (1968) *O beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa.

- PAGANO, Adriana. (2001) "An Item called *Books*": Translations and Publishers' Collections in the Editorial Booms in Brazil and Argentina from 1930 to 1950. In: MILTON, John (ed.). *CROP 6, Emerging Views of Translation History in Brazil*. São Paulo: Humanitas, pp. 171-194.
- PYM, Anthony; Miriam SCHLESINGER; Zuzana JETTMAROVÁ (eds.). (2006) *Sociocultural Aspects of Translating and Interpreting*. Amsterdam: John Benjamins.
- TOURY, Gideon (1980) "Norms of Literary Translation into Hebrew, 1930-1945". In: *In Search of a Theory of Translation*. Tel Aviv University: The Porter Institute for Poetics and Semiotics, pp. 122-139.
- UCHIYAMA, Akiko. (2009) "Translation as Representation: Fukuzawa Yukichi's Representation of the "Others". In: *Agents of Translation*, ed. John Milton and Paul Bandia. Amsterdam: John Benjamins, pp. 62-83.
- WYLER, Lia. (2003) *Línguas, Poetas e Bacharéis: Uma Crônica da Tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.